

# CASTANHEIRO DO VENTO (HORTA DO DOURO, VILA NOVA DE FOZ CÔA). ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DO DISPOSITIVO ARQUITECTÓNICO

Ana Margarida Vale\*

## RESUMO:

Este texto pretende reflectir acerca dos dispositivos arquitectónicos detectados no sítio arqueológico de Castanheiro do Vento, a partir da análise de duas estruturas específicas, consideradas enquanto exemplos paradigmáticos (segundo Agamben, 2000), e explorando dois conceitos: imersão e movimento.

**Palavras-chave:** Castanheiro do Vento, Arquitectura, Pré-história recente

## ABSTRACT:

This paper aims to reflect upon the architectonic devices present in the archaeological site of Castanheiro do Vento. In this way two particular structures will be considered as paradigmatic examples (after Agamben, 2000), and two concepts will be highlighted: immersion and movement.

**Key-words:** Castanheiro do Vento, Architecture, Late Neolithic

toda a paisagem é pré-histórica,  
isto é, é anterior ao nosso entendimento  
à nossa razão de pobres contemporâneos,  
colados ao acontecimento.  
está cheia de volumes,  
e quem nela se perdesse poderia talvez encontrar  
lânguidas tentativas de abraços,  
formas do terreno se antropomorfizar,  
de nos apelar de novo à confusão perdida.  
(Jorge, V. O., 2003: 102)

## 1. INTRODUÇÃO

As escavações no sítio arqueológico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) iniciaram-se em 1998 coordenadas por Vítor Oliveira Jorge, João Muralha Cardoso e Antó-

---

\* Aluna de Doutoramento FLUP, bolsista FCT, investigadora júnior CEAUCP-CAM (email: ana.m.vale@gmail.com).

nio Sá Coixão, aos quais se vêm associar mais tarde Susana Oliveira Jorge, Leonor Sousa Pereira, Ana Margarida Vale, Gonçalo Leite Velho, Bárbara Carvalho e Sérgio Gomes.

Os trabalhos de escavação permitiram identificar três muretes concêntricos, interceptados por estruturas subcirculares, apelidadas de “bastiões”, e diversas passagens. Estas três linhas parecem delimitar um Recinto Principal, correspondendo sensivelmente à cota mais elevada da colina. Adoçado à primeira linha de murete registou-se um recinto anexo, delimitado por um muro de tendência circular interceptado também por “bastiões” e entradas. As escavações no topo da colina de Castanheiro do Vento registaram ainda um conjunto de estruturas circulares e micro-estruturas. Este dispositivo define até ao momento a morfologia geral do sítio (Fig. 2).

As estruturas identificadas são de base pétre<sup>1</sup> e possuem um forte sistema de contrafortagem (lajes de xisto colocadas perpendicular e paralelamente entre si), elaborado na base das estruturas, de forma a permitir a sua sustentação através de um jogo de forças. As “paredes” deveriam ser construídas em terra crua, o que implicaria a equação de outros materiais (como a água e materiais perecíveis) assim como todo o tempo de construção e manutenção<sup>2</sup>.

As datas de carbono 14 permitem “inserir” o complexo de estruturas sumariamente enunciadas, numa ampla cronologia: de 2875 a 1519 cal BC (81,5% do conjunto das datas disponíveis para o sítio recaem neste intervalo) (Cardoso, 2007: 103).

O termo “arquitectura” tem sido abordado em diversos artigos colectivos (como por exemplo em: Jorge, V. O. *et. al.*, 2006 e Vale, A. M., *et. al.*, 2006) e em trabalhos individuais (Jorge, V. O. 2006 & 2007b; Velho, G. L., 2006; Cardoso, J. M. 2002). Pretende-se com este texto continuar esta linha de investigação, com a consciência da amplitude do conceito e da multiplicidade de perspectivas acerca do mesmo. Neste sentido procurar-se-á uma muito breve revisão de como a palavra “arquitectura” tem sido trabalhada por diversos autores<sup>3</sup>. Num segundo momento propor-se-á a abordagem de conjuntos de materiais registados durante as escavações de Castanheiro do Vento enquanto exemplos paradigmáticos (segundo Agamben, 2002), que permitem a articulação com outras questões (aqui procederemos ao estudo do “Bastião” A e do “Bastião” S). Nesta análise será sublinhada a impossibilidade de delinear um planeamento ordenado para a compreensão da organização do espaço em Castanheiro do Vento, assim como serão enfatizadas duas palavras chave: movimento e imersão; o movimento enquanto criador de espaços e de múltiplas conexões, e a ideia de imersão no contexto de uma construção que se pressupõe labiríntica.

## 2. CONSTRUÇÕES DO PASSADO ENQUANTO ESPELHOS DE COMUNIDADES PRETÉRITAS

“We want to know who last sat on that chair? Who lay on this bed? What happened over there? What happened down here? What really happened where? (But do we really want to know?)” (Rendell, 2006: 88)

Susana Oliveira Jorge (2007) na “Introdução” do volume 8 das Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, dedicado ao tema: “A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica”, enuncia um conjunto de características partilhadas pelos os autores que participam na publicação, (à excepção de V. O. Jorge *et. al.*, S. O. Jorge *et. al.*, e M. J. Sanches em alguns aspectos), como a crença na existência de um projecto arquitectónico prévio à execução, e a interpretação do construído enquanto espelho do sistema socioeconómico, político e

<sup>1</sup> Os embasamentos pétreos são elaborados essencialmente com recursos a lajes e blocos de xisto, quartzo e granito em relação com outros materiais como fragmentos cerâmicos.

<sup>2</sup> Por exemplo, a época das chuvas não é favorável à moldagem em terra crua.

<sup>3</sup> A literatura arqueológica consultada para a elaboração deste texto debruça-se essencialmente sobre os tradicionalmente designados “povoados fortificados”, cujo modelo explicativo vem sendo posto em causa desde 1994, a partir da investigação desenvolvida no sítio de Castelo Velho de Freixo de Numao (V. N. de Foz Côa), coordenada por Susana Oliveira Jorge (2005).

simbólico das comunidades que edificaram e utilizaram essas mesmas arquitecturas. Sublinha ainda que grande parte dos autores se concentra no estudo das possíveis relações entre a “arquitectura” e o espaço (entendido enquanto paisagem envolvente) (*ibid*: 11).

Esta linha interpretativa, denunciada por S. O. Jorge, associa normalmente a palavra “arquitectura” ao edificado, cujo estudo permite a integração do sítio arqueológico num esquema interpretativo geral (por indução), e também a elaboração de explicações, de interpretações, que se estendem a outros sítios, a outros espaços (por um processo dedutivo). Neste sentido, arquitectura, entendida enquanto construção, é interpretada como uma unidade estática<sup>4</sup>, passível de ser traduzida em funções e significados unívocos. A arquitectura permite assim inferir, por exemplo, contextos de guerra, processos de complexificação social, de formação de elites, de controlo de espaços de exploração agrícola, linhas de comércio..., por outras palavras, é interpretada como uma imagem bem definida de quem ocupou, mais do que quem construiu. A construção, o acto de fazer raramente é enunciado, apenas equacionado enquanto fases de mudança no seio da comunidade, como espelho dessa mesma mudança. Seguindo este esquema interpretativo, a existência de um plano prévio, de um projecto que depois se executa, normalmente num curto espaço de tempo, compreende as construções e reformulações como acções bem definidas no tempo, representadas de forma sequencial, ou seja, por fases construtivas (intervaladas por fases de ocupação). É na longa duração da arquitectura que as narrativas acerca do passado se constroem, na quase ausência de tempo, descrevendo e personificando actividades atemporais, condenadas a repetir-se por centenas de anos. Desta forma, pretende-se a recuperação do edifício original. Os textos acerca do passado arquitectam-se pela tradução dos materiais do passado como cópia, o mais fiel possível do original, relatando o que realmente aconteceu, apresentado o passado sem tempo, preso em molduras, em imagens fixas.

Este modelo de tradução pretende revelar um pretenso significado autêntico que estaria encerrado nas estruturas e deveria ser desvelado pelos arqueólogos. Nesta linha, os materiais, desde o fragmento cerâmico ao muro de base pétrica, são contentores de significados originais (únicos, autênticos, fixos), e podem anunciar as intenções de quem os fez, de quem os manuseou e descartou, arrumados em quadros de funcionalidades, sejam da esfera do “doméstico”, do simbólico/religioso, de actividades guerreiras, comerciais ou agrícolas, .... Neste caso, será um muro de base pétrica sempre indicador imediato de actividades guerreiras? Será uma estrutura subcircular, normalmente apelidado de “bastião” sempre denotativo de estratégias de defesa? As correlações imediatas muitas vezes condicionam a interpretação. Num ciclo vicioso, as estruturas semelhantes são indicadores de práticas semelhantes. A elaboração de explicações para unidades construídas, baseadas na observação do imediato no presente, conduz à repetição do quadro explicativo definido, ao reconhecimento do já visto e nunca se procede à negação do imediato (segundo Adorno e Horkheimer, 1992 [1944]: 27) à reflexão do que aparece perante os nossos olhos, à crítica do óbvio.

A representação do passado autêntico recorre a imagens realistas, que pressupõem a existência de um referente externo existente num mundo objectivo (Jordaniva, L., 1989: 47). Neste sentido a construção de imagens realistas conduz a uma extrema familiaridade dos intervenientes do presente com as personagens do passado, numa tentativa de alcançar as origens, o nostálgico outro que um dia fomos. Contudo, se por um lado, fazer do passado um lugar familiar é necessário para a própria inteligibilidade dos sítios arqueológicos, por outro, remete para “nota de rodapé”, ou dilui na narrativa, os casos de estranheza relativos às incongruências das estruturas registadas pelos arqueólogos, como é exemplo os “sistemas defensivos” que pecam por excesso ou escassez de capacidade defensiva, seja porque o complexo de vários muretes ultra-

---

<sup>4</sup> Segundo este modelo, as mudanças sociais estão ligadas a momentos de abandono, pela destruição intencional do sítio, de algumas estruturas, ou pelo simples “deixar” o sítio.

passa as necessidades práticas de defesa, seja porque a volumetria das “muralhas” não permitiria uma defesa eficaz (ver a título de exemplo, Esquivel, J. A. & Navas, E. (2007) acerca do sítio de Los Millares).

### 3. ARQUITECTURA ENQUANTO CONSTRUÇÃO, PRÁTICA E RELAÇÃO

*“Arquitectura é a “arte” de transformar o espaço numa rede de lugares e de trajectos significativos para as comunidades que os habitam ou neles circulam, através de materializações (por acrescentamento e/ou ablação) mais ou menos intensas”* (Jorge, V. 2006: 106)

Nos últimos anos tem-se assistido em Portugal a uma crescente reflexão acerca do conceito de Arquitectura no âmbito da Arqueologia Pré-histórica, e dos limites e possibilidades interpretativas dos traços materiais do passado, registados pelo arqueólogo, sob influência da antropologia (por exemplo de Tim Ingold (2000) e de Lucien Lefebvre (2000)), da literatura arqueológica anglo-saxónica (Julian Thomas (2004, 2006), Mike Parker Pearson (1997), entre outros) e da leitura de bibliografia portuguesa que propõe uma reflexão crítica da arquitectura (por exemplo, Fernando Távora (1999)). Neste sentido, a arquitectura, passa a ser entendida, não apenas como o conjunto de estruturas identificadas num determinado sítio arqueológico, mas em relação com outros materiais, em relação com actividades e práticas, como parte e extensão de um espaço que não se restringe às áreas intramuros das estações arqueológicas. Desta forma, multiplicam-se as definições do conceito.

Segundo V. O. Jorge (2009) a arquitectura deverá ser entendida enquanto criação, enquanto movimento, enquanto relação (de actividades, de materiais, de estruturas). O autor sugere “transplantes” como palavra-chave, transplantes de coisas de um lugar para o outro, como a extracção de uma laje de xisto para a feitura de um muro, com toda a carga simbólica que a laje, o sítio de onde foi extraída, o próprio afloramento rochosos e o murete envolveriam. De acordo com a mesma linha interpretativa, S. O. Jorge (2007) alerta para o facto de os elementos construídos não traduzirem as actividades que nelas se desenrolaram, pois as *“arquitecturas só expressam sentidos se articuladas com os cenários da acção que nelas se operaram. As arquitecturas não espelham a “natureza” das sociedades, nem “falam”, por si só, sobre o que no seu interior ou em redor foi ocorrendo. E “o-que-foi-ocorrendo” no interior e à volta das arquitecturas não tem correspondência directa na forma dos espaços e nas materialidades que deram vida aos cenários da acção”* (*ibid*: 12).

Apesar de para muitos autores, a arquitectura continuar a estar relacionada com as unidades edificadas, a sua relação com outras variáveis (como possíveis actividades e tempos de duração) é questionada (ver por exemplo, Sanches, 2008) Por outro lado, alguns arqueólogos estendem o horizonte do conceito ao alargar a área de análise, como é visível no trabalho de J. M. Cardoso (2007). O autor reflecte acerca da arquitectura à escala de um território, enquanto movimento, vivência, enquanto organização de um território que simultaneamente “estruturava” as comunidades que o habitavam (*ibid*: 442). Cardoso explora também a importância das texturas (por exemplo, do xisto e do granito) e os sons (do vento e da água) na arquitectura do espaço (*ibid*: 308). Na mesma linha A. C. Valera (2006) entende a arquitectura como resultado da interacção das comunidades com o meio, numa tentativa de superar a dicotomia entre Natureza e Homem, realçando que não existe uma ruptura entre espaço construído e paisagem envolvente. Este autor concebe a arquitectura enquanto a materialização de formas de organização de espaço, que não têm necessariamente que ser somente produto de uma actividade de construção. Contudo, parece perseguir o momento original em que o “espaço físico indiferenciado” se converte em espaço categorizado, referenciado pelo Homem, ou seja, o princípio da organização do espaço.

A equipa envolvida no projecto de escavação do sítio de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) tem enunciado palavras-chave como fluidez, relação, transformação, essenciais para repensar, redefinir e recontextualizar o conceito de arquitectura. Procurou (e procura) diluir ou pelo menos denunciar um pensamento dicotómico, e a pergunta “para que serve?” sai definitivamente do inquérito. Tem problematizado a ideia de projecto, sugerindo antes que o sítio está em construção, em reformulação permanente e propõe a moldagem do sítio em terra crua, juntamente com a pedra, materiais perecíveis e outros elementos como a água. O sítio deixa de ser o topo do morro onde se processam as escavações mas abarca toda a colina, passa-se a usar o termo: colina monumentalizada.(ver por exemplo Jorge, V. O., *et. al.*, 2006) (Fig. 3).

Nos trabalhos da equipa de Castanheiro do Vento é patente a influência de Ingold, principalmente as ideias desenvolvidas no texto “Building, dwelling, living: how animals and people make themselves at home in the world” (2000). Nesta reflexão o autor considera que apenas construímos porque habitamos (na linha de Martin Heidegger), ou seja, que o mundo físico não se encontra como um contentor, como uma unidade externa que o Homem transforma pela construção. As linhas interpretativas que sugerem que o Homem transforma um mundo inerte pela construção são, segundo Ingold, expressão de uma crença no evolucionismo, que almeja alcançar a primeira cabana, o momento em que o Homem rompe com a Natureza. Assim, o autor considera a construção não como um fim, mas um processo em constante realização enquanto os indivíduos habitarem um determinado ambiente, pois é no processo de habitar que construímos. Assim sublinha a responsabilidade de cada geração em relação ao que deixa para as gerações vindouras, enfatizando a relação entre passado, presente e futuro do mundo em que habitamos.

Desta forma, as narrativas arqueológicas acerca dos recintos /colinas monumentalizadas do III/inícios do II milénio a.C., cujos autores acima referidos são exemplo, acompanham a diversidade interpretativa do chamado pós-processualismo. Assim, a arquitectura passa a ser entendida no contexto arqueológico enquanto um entrelaçado de actos, significados e “coisas materiais”, que criam mais do que uma forma física concreta (Thomas, 2006: 354).

#### **4. ARQUITECTURAS E EXEMPLOS PARADIGMÁTICOS: SUGESTÃO METODOLÓGICA**

O ponto anterior não pretendeu fazer uma revisão bibliográfica exaustiva sobre o conceito de arquitectura, mas sim, dar alguns exemplos das múltiplas aproximações, concepções e utilizações do termo “arquitectura”. Da leitura dos textos referidos e da relação com os trabalhos desenvolvidos em Castanheiro do Vento, entendemos aqui arquitectura como um conjunto de práticas interligadas, tendo em consideração que a organização do espaço pode envolver distintas actividades e percepções. É pela acção que sítios e significados se constroem, e é pela acção que os construímos, ou seja, os interpretamos hoje. Seguimos Jacques Derrida (Dooley, M. & Kavanagh, L., 2007), quando admite que a nossa relação com o passado é, em certa medida, uma relação de cegueira, contudo perseguimos exercícios interpretativos (somos movidos pelo desejo de interpretar) (*ibid*: 6). Pretendemos aqui enfatizar o processo construtivo e a construção permanente do sítio de Castanheiro do Vento, seja pela elaboração de um murete, de um “bastião”, de uma micro estrutura de moinhos manuais ou pela possível colocação intencional de um conjunto de fragmentos cerâmicos num determinado sítio, ou através dos fragmentos cerâmicos talhados, colocados como “cunhas” nas bases dos muros em Castanheiro do Vento (Cardoso, 2007: 248). Todas estas actividades são consideradas enquanto arquitectura, e o seu estudo “compartimentado” pretende surgir enquanto exemplo paradigmático (segundo Agamben, 2002) que nos permitirá questionar a relação com outras singularidades e colocar um conjunto de questões.

Giorgio Agamben (2002) considera o estudo do panóptico de Michel Foucault como um paradigma na medida em que, como exemplo, permite questionar e dar inteligibilidade a um conjunto

alargado de problemáticas interrelacionadas. O estabelecimento de um paradigma não pretende alcançar generalizações (ou inversamente partir do universal para o particular) mas tão só questionar singularidades, relacionando particularidades entre si (o particular com o particular, como enunciou Aristóteles). Neste sentido, o exemplo paradigmático permite neutralizar um pensamento dicotómico (universal/singular; geral/particular) e investe na relação entre estes pólos, no processo de tensões entre opostos, que por não apresentarem limites bem definidos, interconectam-se criando áreas de indefinição. Segundo Agamben, Foucault libertou a História do contexto metonímico, ou seja, do enquadramento geográfico e cronológico que era (e é) inerente a qualquer pesquisa histórica. Assim, o título provável de “A França no século XVIII”, dá lugar à criação metafórica de “Panóptico”. Agamben sublinha também que “*The apparent seriousness of metonymical contexts, like the chronological and geographical, have no epistemological basis at all*” (*ibid*). Por exemplo, a organização da pesquisa histórica por séculos apenas entra em voga após a Revolução Francesa.

Michel Foucault estudou os dispositivos arquitectónicos panópticos (como prisões e hospitais), o que lhe permitiu questionar um conjunto de outros problemas que se interligam, como: disciplina, vigilância, observação, punição, poder, sujeito.... Em Foucault “dispositivo” é sobretudo “*une machine qui produit des subjectivations et c’est par quoi il est une machine de gouvernement*” (Agamben, 2007: 42), ou seja, refere-se a tudo aquilo capaz de capturar, orientar, determinar, modelar e controlar, gestos, condutas, opiniões e discursos (*ibid*: 31). Neste sentido, o dispositivo arquitectónico não se refere apenas à ordem do construído mas aos discursos, às leis, às medidas administrativas, aos enunciados científicos e filosóficos. Poderíamos também referir o projecto de Walter Benjamin, “Passegen-Werk” (obra inacabada, da qual existem apenas fragmentos), como um estudo paradigmático. O autor dispunha-se a analisar um dispositivo arquitectónico particular: as arcadas parisienses (precuroras das modernas galerias comerciais) em decadência já na década de vinte do séc. XX, juntamente com outros materiais como os manequins, e de figuras como o *flanêur*. Pretendia problematizar um conjunto de pontos do mundo burguês ocidental do séc. XIX, procurando nos objectos do quotidiano inspiração filosófica, tentando estabelecer a ponte entre a vida de todos os dias e os corredores da academia, o que certamente rompia com os modelos vigentes da estrutura académica. (Buck-Morss, 1989).

Desta forma, a arquitectura, longe de poder ser descrita enquanto um princípio universal, entendido ao longo do tempo da mesma forma, permite-nos hoje estabelecer-se enquanto um paradigma (no sentido de Agamben (2002) e já proposto por V. O. Jorge (2009b)), que não pretende a explicação, mas sim a compreensão de casos particulares que podem ser interconectados uns com os outros. E estes “casos” não são troços de muro ou qualquer outra unidade estática. São as práticas, as teias de actividades, que hoje intuimos na nossa relação com as ausências pressentidas no diálogo com os materiais e com os outros (em trabalho de campo). Nas palavras de Vítor O. Jorge: “*O arqueólogo fala de uma ausência, mas que presentifica, não como nostalgia, ou perda, mas como acção ou produção actual. Acção a vários níveis: pela sua actividade como observador, como prospector, como escavador, como intérprete, como encenador de narrativas, pelo texto, pelo discurso, pelo museu, pela exposição, pela visita de sítios, lugares, paisagens, ou pela própria capacidade de “pôr de novo as coisas a mexer”, fazendo a sua simulação – a sua representação – em espaços virtuais (computador) ou reais*” (Jorge, V. O. 2005).

## 5. CASTANHEIRO DO VENTO: AUSÊNCIA DE PLANEAMENTO FUNCIONAL

Eduard T. Hall (1986 [1966]) analisou diferentes organizações do espaço (no mundo animal e humano), no sentido de realçar diferentes formas de estar (uns com os outros, e de forma interligada, no espaço, construído ou não). O caso do Japão surge como exemplo paradigmático no

estudo de outras particularidades do mundo ocidental (em relação aos modelos de um antropólogo norte-americano), sublinhando os diferentes entendimentos que fazemos dos espaços que habitamos. Assim, por exemplo, as casas japonesas não são numeradas pela sua disposição numa rua mas os números são atribuídos à medida que as casas se vão construindo, a numeração relaciona-se com a antiguidade da construção. Também as ruas não possuem nomes, mas sim as intersecções entre estas. Neste sentido, E. T. Hall sublinha que a percepção do espaço é dinâmica porque se liga à acção (*ibid*: 135). Os significados não são estáticos, as percepções sensoriais do espaço diferem de grupo para grupo, de indivíduo para indivíduo. Na mesma linha, o autor refere, seguindo a análise de Philippe Ariès, que até ao séc. XVIII, as divisões das casas europeias não tinham funções específicas. Não existia o conceito de privacidade como hoje o entendemos e as crianças eram tratadas como pequenos adultos (*ibid*: 123).

Podemos citar como outro exemplo as casas Dogon (Mali) (Oliver, P., 2003). Estas organizavam-se segundo um modelo antropomórfico (as diversas divisões correspondem a partes do corpo humano). No entanto apesar de este padrão se encontrar em diversos espaços habitacionais em outros existe apenas a memória, “*it is the anthropomorphic symbolism of the entities that matters and not their placement in figurative terms*” (*ibid*: 182).

Estes exemplos dados pela antropologia, longe de nos concederem (aos arqueólogos) linhas interpretativas para os sítios arqueológicos, revelam a diversidade de formas de apreensão do espaço, conscientes que os discursos antropológicos não são neutros nem apresentam uma realidade autêntica, mas apontam para a interpretação do antropólogo. Contudo, atento a outras narrativas, às múltiplas formas de estar/entender o mundo, o arqueólogo não pode mais fingir que a interpretação da organização do espaço no passado pré-histórico se pode fazer por comparação com as representações das antigas aldeias do mundo ocidental baseadas na agricultura e pastoreio. Neste modelo temos sempre representado um núcleo de casas que albergavam unidades familiares mais ou menos alargadas (casais monogâmicos e heterossexuais, filhos, e avós), unidades destinadas ao armazenamento de alfaias e bens agrícolas, espaços reservados aos animais domésticos, locais de transformação (de olaria e de metalurgia) e uma construção reservada ao sagrado (ou na ausência de um espaço determinado confere-se a certos artefactos o carácter de sagrado).

Os sítios arqueológicos como Castanheiro do Vento, agrupados pela escola tradicional (histórico-culturalista e processualista) da Península Ibérica como povoados fortificados, incluem nas suas explicações locais com funções bem definidas e permanentes ao longo do tempo, como: casas, locais de armazenamento, eiras, locais de aprendizagem/iniciação... Esta organização do espaço pressupõe por parte das comunidades pré-históricas que construíram e habitaram estes locais um planeamento segundo a lógica moderna ocidental: espaços organizados, ordenados, adstritos a funções definidas que não sofrem alterações com o tempo. Segundo Michel Foucault (1991) apenas a partir do século XVIII se assiste (em França) a uma reflexão por parte dos políticos em relação à arquitectura, concernente ao que uma cidade deveria ser e como deveriam estar organizados os seus espaços com o objectivo de evitar epidemias, revoltas e permitir uma vida familiar decente, segundo a moral burguesa (*ibid*: 239).

Castanheiro do Vento parece exactamente denunciar a impossibilidade de atribuir uma função a uma estrutura. A mesma estrutura poderá ter diversas apreensões segundo a comunidade que a habitou, diferentes significados para quem a construiu, e para um mesmo grupo pode ter sido entendida de diversas formas. Segundo McFadyen (2008), os sítios arqueológicos aparecem-nos enquanto um processo contínuo e não como um palimpsesto (onde uma actividade sobrepõe-se a outra eliminando os traços da primeira). Antes pelo contrário, as diversas actividades misturam-se, entrelaçam-se, “*So, as archaeologists, when we study something we shall be attentive to the multiple relations that made that thing finally “appear” as focus of our study, including our own methodology that made it occur as it is*” (V. O. Jorge, 2007a).

A estrutura subcircular A (ou “Bastião” A), que se encontra integrada no Murete 1 (M1), localizada genericamente no lado Norte da estação arqueológica (Fig. 2), permitiu a identificação de micro-estruturas elaboradas no espaço que se encontra delimitado pelo murete, assim como estruturas de oclusão. É um espaço que não se apresenta como a materialização de acções bem definidas protagonizadas no passado, assim como não permite uma leitura sequencial das várias actividades. Não é espelho nem representa por si só as comunidades que o construíram e habitaram. Esta estrutura encontra-se colmatada (Jorge, V. O. *et. al.*, 2005), ou seja, o espaço delimitado pelo murete, antes passível de circulação foi preenchido por um conjunto organizado de lajes de xisto<sup>5</sup>. Muito provavelmente esta fragmentação da estrutura fez-se acompanhar pela fragmentação intencional de vasos cerâmicos (Vale, 2003: 143), pois um conjunto de fragmentos cerâmicos de recipientes de grandes dimensões se encontravam concentrados na área sul da estrutura mas que permitiram colagens entre concentrações de fragmentos que estão próximos, assim como, com alguns fragmentos localizados na área norte da estrutura (*ibid*: 141).

O fecho do “Bastião” A encontra paralelos nas restantes estruturas morfológicamente semelhantes localizados no M1 e Recinto Anexo. Todas estas unidades se encontram colmatadas por um (ou mais) nível (ies) (arqueológicos) de lajes de xisto estruturadas. Ao contrário, nos “bastiões” integrados nos Muretes 2 e 3 não foi possível identificar qualquer estrutura semelhante. Neste sentido parece que as estruturas integradas no M1 e Recinto Anexo foram intencionalmente fragmentadas e o seu espaço transformado por oclusão. Terá esta acção destruído a sincronia que poderia existir com as outras estruturas morfológicamente semelhantes? Possivelmente a oclusão das estruturas tipo “bastião” do M1 alterou a relação estrutural entre muretes, modificando percursos e actividades. Contudo, as acções empreendidas e possíveis percursos multiplicam-se atendo à diversidade estrutural (estruturas com entrada estreita, estruturas de vão aberto, a presença de microestruturas no seu interior ou de estruturas circulares no espaço interior das estruturas em “bastião”) e às possibilidades interpretativas, directamente conectadas com a prática arqueológica, com a “leitura” das relações entre materiais, plasmado no chamado “registo arqueológico” (por exemplo, distribuição e nível de fragmentação de fragmentos cerâmicos).

Voltando ao “Bastião” A, após a escavação da estrutura de colmatagem registou-se um nível caracterizado por um sedimento de matriz argilosa, de cor amarela e de compactação média (designada camada 3) na qual se integrava uma micro estrutura formada por quatro fragmentos de dormentes em granito e duas lajes de xisto, localizadas junto à parede interna da estrutura, a sul (Fig. 4). Os materiais registados não permitem a atribuição de uma função para este espaço, nem a descrição de um conjunto de actividades que ainda que sobrepostas, pudessem ser descritas de forma exacta. A presença de elementos de moinhos manuais poderia indicar a presença de actividades de moagem, directamente associáveis ao modelo económico proposto de forma genérica para estas comunidades. Contudo, estes elementos encontram-se “encaixados” numa estrutura circular, encontram-se fragmentados e apenas se registou a presença de um movente. Foi já brevemente ensaiada (Vale, 2003: 140, 141) uma proposta de várias actividades funcionais e suas contradições para esta estrutura. Contudo este exercício não pretendeu retirar ilações para todo o sítio, mas procurou apenas realçar que a unidade construída não pode ser relacionada com uma função específica ou um conjunto de actividades mais ou menos padronizadas.

É necessário colocar estas estruturas, enquanto particularidades, em relação, e esse trabalho ainda está por fazer, devido à própria metodologia adoptada, em que apenas alguns contextos forma escavados. Contudo algumas questões estão a ser equacionadas. Por exemplo, estudos na área da zooarqueologia realizados por Cláudia Costa (2007), revelam que os ossos animais

<sup>5</sup> É de realçar que na literatura arqueológica acerca dos “povoados fortificados” muito se tem enfatizado acerca de deposições de fundação mas pouco acerca do fecho das estruturas.

recolhidos em diferentes estruturas tipo “bastião” (e apesar destas estruturas não terem sido alvo do mesmo tipo de intervenção arqueológica, pois algumas unidades foram apenas decapadas) revela alguns dados interessantes: os ossos animais em Castanheiro do Vento encontram-se maioritariamente calcinados, à excepção dos recolhidos por exemplo no “Bastião” J (onde 40% da amostra não se encontra calcinada) e no “Bastião” L (onde 64% não foi submetido a calor intenso e os restos faunísticos resultantes de uma bolsa de terra escura apresentam 84% de ossos não queimados). Também a variedade de espécies e tamanho dos fragmentos parecem diferir, numa primeira análise, entre as unidades registadas nas das estruturas tipo “bastião” do M1 e M2.

## 6. CASTANHEIRO DO VENTO: PERCURSOS E MOVIMENTO

Castanheiro do Vento, como foi desenvolvido no trabalho de J. M. Cardoso (2007), parece denunciar uma constante reformulação e não permite construir uma narrativa coerente com espaços, percursos e áreas “de possível ocupação” bem delimitadas. Existe um construir e reconstruir do espaço, o espaço é moldado constantemente. Tomemos como exemplo a escavação do Bastião S integrado na segunda linha de murete (M2) (Fig. 2). Trata-se de uma estrutura tipo “bastião” de vão aberto (*ibid*: 196), onde no espaço delimitado pelo murete que o define, se detectou uma estrutura circular. Esta estrutura circular, moldada essencialmente por lajes de xisto fincadas (com o seu eixo maior disposto na horizontal) “ocupa” grande parte do espaço interno do “bastião”. Parece ter uma entrada, que se encontra direccionada a NNE, ou seja, voltada à parede do “bastião” (Fig. 5). Esta situação permite reflectir acerca da mobilidade, percursos e constrangimentos que a relação destas estruturas denunciam. Admitimos que são coetâneas pois a leitura das relações estratigráficas e das datas de radiocarbono apontam para uma coerência, ou seja, não foram detectadas sobreposições nem datas absolutas ou relativas que apontem para diferentes períodos cronológicos. Parecem remeter para práticas interrelacionadas, na construção ou moldagem, nos circuitos e movimentos que potenciam ou interditam.

Assim, podemos equacionar que para se aceder ao interior da estrutura circular era necessário percorrer uma espécie de corredor estreito (formado pela parede do “bastião” e da estrutura circular), não permitindo um acesso directo a um grande grupo. As barreiras físicas poderão ser problematizadas aqui enquanto limites, contudo não podem ser consideradas enquanto elementos fixos e definitivos. A moldagem em terra crua confere plasticidade às elaborações e reelaborações. Além disso, estes limites (ainda que não entendidos de forma permanente, pois poderiam estar sujeitos a modificações) não se limitam às “coisas” físicas que hoje observamos. Os interditos, os percursos, os caminhos, estariam relacionados com uma multiplicidade de factores que não se plasmam em barreiras físicas, podendo-se ainda equacionar o facto de “*as barreiras físicas das paredes, uma vez pintadas desmaterializam-se, funcionando como portais abertos à liberdade imaginária de múltiplos mundos*” (Pinto, 2007: 63).

Pelo andar, os espaços, os encontros entre pessoas e coisas, alteram-se constantemente (Rendell, 2006: 152). Ir de um sítio para outro, por um percurso definido, permite por exemplo relembrar espaços e tempos, num diálogo entre passado e presente, apela a memórias e vivências e pode definir ou redefinir espaços. Neste sentido o sítio adquire significado pela performance e não pela atribuição fixa de significados por entidades que protagonizaram a sua origem (o mito do início, o desejo de procurar o princípio de tudo). O acto de andar, o movimento transforma constantemente os percursos ainda que definidos, e conexões distintas podem ser convocadas, pressentidas. Neste sentido, a fixidez a que temos vindo a aludir como característica de muitas narrativas acerca do passado é novamente equacionada. Com esta observação, não pretendemos fazer qualquer exercício acerca do que os indivíduos do passado poderão ter sentido ou visto ao andar por um determinado caminho. Mas pretende-se sublinhar que os diversos percursos que podem

ser enunciados num exercício interpretativo não são fixos, que o espaço se elabora pelo movimento, pela acção. Pretende enfatizar o carácter relacional das variáveis plausíveis enunciadas pelo arqueólogo, sublinhar o diálogo, que em última análise não é mais que o nosso com o sítio.

De forma a desenvolver esta linha de pesquisa é necessário um estudo micro estratigráfico em articulação com a interpretação da posição espacial relativa de cada elemento em relação ao outro, para poder equacionar problemas relacionados com tempos de elaboração e para analisar a relação entre estruturas construídas. Ainda que a estrutura construída não possa ser tomada como uma unidade estática, que não sofreu remodelações ou que invoque um tempo único. O tempo de duração não é linear e remete para múltiplos tempos. Como já foi referido, o conceito de transplante de V. O. Jorge (2009 a) é essencial para equacionar outros tempos e lugares dos materiais. Por exemplo um fragmento cerâmico faz alusão ao espaço e tempo da extracção, selecção (que não deveria obedecer apenas aos nossos preconceitos funcionais modernos mas a sua escolha encontrar-se-ia ligado a uma rede de outros significados, como Ingold (2007) já referiu), ao tempo e espaço da feitura, cozedura, e múltiplas utilizações, fragmentação...

Segundo o filósofo Jacques Derrida (1997: 319), a arquitectura não pode ficar reduzida ao status da representação do pensamento. Neste sentido, a Arqueologia não poderá também propor a arquitectura enquanto representação do pensamento do passado pois *“o seu presente nunca se lhes mostrava a eles mesmos como presente compreensível, tal como o nosso presente que pensamos o presente deles, jamais se nos representa como compreensível, totalmente abarcável por uma teoria. Há que ultrapassar uma filosofia da representação, que é uma teologia, uma vontade de recuperar a unidade do sentido”* (Jorge, V. O. 2009a). Considerando ainda as reflexões de Derrida acerca da arquitectura, as palavras: fundação, super-estrutura, infra-estrutura são poderosas metáforas que se encontram presentes na maioria dos discursos, assim como, a Torre de Babel é a metáfora arquitectónica para a explicação da multiplicidade de línguas existentes (*ibid*: 322). A Arqueologia lida com as fundações, as fundações conectam-se com as origens, com o princípio, e esse foi e continua a ser o objectivo de muitos arqueólogos: enunciar esse princípio (neste caso, por exemplo, da “aldeia”, da metalurgia, de sociedades hierarquizadas...). O mesmo autor refere que a arquitectura não pode ser reduzida a um conjunto de técnicas. É uma forma de escrita, de inscrição, conectado com a memória, mas sempre de carácter incompleto e fragmentário. Neste sentido, os traços do passado nunca podem revelar um passado tal como aconteceu, pois estão incompletos e cortados pelo tempo, pois a história não é linear, lógica ou coerente, no sentido em que *“contains within itself gaps and secrets, ghosts and holes, it can never tell us who we are”* (Dooley & Kavanag, 2007: 4).

## 7. CASTANHEIRO DO VENTO: LABIRINTO E IMERSÃO

Castanheiro do Vento tem sido entendido enquanto um labirinto, com diversos caminhos e possíveis percursos interligados (Jorge, V. O., *et. al.* 2006). Parece estabelecer um jogo de aberturas e espaços fechados, negociando o jogo de tensões entre espaços estreitos e espaços amplos, em permanente articulação e tensão (também) com a paisagem envolvente. Segundo C. Ross (2006), o labirinto é mais um mundo de imersão do que de visão (xx). Neste sentido, o privilégio concedido à visão no estudo destes sítios terá de ser equacionada. Mas, mais uma vez, a equação deste problema não implica a adopção de uma atitude fenomenológica inocente, procurando possíveis experiências e sensações, possíveis percepções pressentidas pelas comunidades passadas. Queremos apenas realçar que Castanheiro do Vento pode ser equacionado enquanto um dispositivo que absorvia, mais do que permitia a contemplação de uma paisagem exterior, no entanto, sem negar que poderia ser considerado enquanto ponto de vigia ou como miradouro (não se pretende um jogo de opostos, apresentando propostas por oposição a outras).

Walter Benjamin considerou que a arquitectura absorve o observador ao contrário da obra de arte que é absorvida pelo olhar contemplativo do observador (Rendell, J. 2006: 78/79). No entanto, pela contemplação o indivíduo pode também ser absorvido, por exemplo, pela obra de arte. É importante realçar a relação dialéctica entre quem vê e quem é observado, e no retorno do olhar daquele que consideramos apenas como objecto inerte, na con-fusão de ambos. A imersão não surge como contradição de contemplação, a contemplação pode ser imersão. Seguindo Benjamin a arquitectura conecta-se com distração e não com a concentração que por exemplo um quadro exige por parte de quem o vê.

A observação de Benjamin permite-nos pensar acerca da importância concedida à visão pela ciência moderna e da necessidade de uma reflexão crítica acerca do “ocularcentrismo” na representação e colocação de hipóteses acerca do passado (Vale, A. M., 2008). O mundo moderno ocidental assente no poder das imagens, parece conduzir à procura de imagens no passado: a imagem do dia-a-dia, a imagem das cerimónias rituais; a imagem da intervisibilidade entre sítios... A importância dada à visão na produção de conhecimento em Arqueologia, insere-se num campo mais vasto (que domina a ciência tradicional moderna, e que Merleau-Ponty apelidou de “filosofia da visão” (Presnell, M. & Deetz, S., 1996: 306). Neste contexto o sujeito (o observador) aparece distanciado do objecto (o observado)<sup>6</sup>. Maioritariamente estudamos os objectos arqueológicos (desde o fragmento cerâmico à paisagem) através de meios visuais: gráficos, mapas, desenhos, tipologias, plantas... como se os objectos fossem contentores de realidade, de vidas, passadas, que o arqueólogo pode, e deve, descobrir. Destinam-se à percepção visual. Contudo, esta observação não implica renunciar ou desvalorizar os métodos de registo assentes na visão (seria impossível); são meios essenciais para pensar acerca de possíveis práticas passadas assim como para reflectir acerca da interacção do arqueólogo com o sítio arqueológico. Por exemplo, a planta de Castanheiro do Vento, enquanto dupla construção do arqueólogo (pela escavação e pelo desenho) permite-nos equacionar possíveis movimentos e circuitos, assim como é a planta do sítio que de forma mais clara nos transmite a ideia de labirinto.

Castanheiro do Vento como um labirinto, como espaços de imersão, apela para a reflexão acerca de jogos de luz, de entradas, de rasgões, do jogo entre a sombra, a penumbra, e a claridade. A intensidade e ângulo da luz, natural ou artificial, interfere na percepção de texturas, materiais, cores. A existência de aberturas, entradas ou janelas rasgadas nas paredes de terra crua de Castanheiro do Vento, implica questionar acerca da multiplicação de contactos (por exemplo, visuais), de movimentos. Possibilita questionar os espaços limite, pois a existência, por exemplo de uma abertura tipo janela, diluía um limite físico ou acrescentaria um interdito. Os efeitos de luz permitem a transfiguração de espaços, a sua própria dimensão e textura.

Foram identificadas 14 entradas em Castanheiro do Vento. Segundo J. M. Cardoso (2007), dividem-se em cinco tipos tendo em consideração a sua elaboração (por exemplo existência ou não de patamares de acesso, estreitamento do vão de passagem, entre outras), contudo o autor nota grande variabilidade morfológica destas interrupções no murete e destaca a possível relação existente entre 4 passagens (duas no M2 e outras duas no M3), localizando-se a pouca distância e mostrando uma certa simetria (*ibid*: 200-211). Contudo, a localização das entradas não sugerem o acesso directo ao recinto mais interno do sítio (Recinto Principal). As aberturas localizadas nos diferentes muretes parecem antes sugerir percursos, mais longos e labirínticos que condicionavam o acesso ao recinto principal. No entanto devemos ter em atenção que estas entradas poderiam não ser contemporâneas e a possível existência de outras abertura alteraria os possíveis percursos e movimentos, alteraria o jogo de tensões entre dentro e fora. S. O. Jorge discutiu já o “*jogo cénico implícito na presença/ausência de ‘entradas’*” (2005: 131), apresentando pos-

---

<sup>6</sup> É comum nas metáforas utilizadas em Arqueologia utilizar a visão referente ao papel do sujeito: “ver com outros olhos” “ter uma visão diferente”, contudo, quando se procura a interacção com o objecto normalmente registam-se expressões como “é necessário deixar o sítio falar” ou “é necessário ouvir o que o sítio tem para nos dizer”.

síveis momentos de contemporaneidade entre estas estruturas, ressaltando que se trata de um exercício teórico pois o registo arqueológico é opaco (*ibid*: 132). No entanto, possibilita reflectir sobre práticas construtivas do murete, de oclusão ou de abertura, em articulação com outros materiais e outras estruturas de base pétrica. Permite equacionar acerca da multiplicidade de movimentos e de acessos (sempre condicionados) a um reduto que se encontrava delimitado por muretes de forma tendencialmente circular.

## 8. EM JEITO DE CONCLUSÃO. CASTANHEIRO DO VENTO: SENTIR-SE EM CASA

Segundo Benjamin (Buck-Morss, S., 1989: 8), a origem não é o princípio, mas quando começa a ser, o que não se pode relacionar com nenhum ponto fixo no tempo e no espaço nem representado por uma única imagem. Castanheiro do Vento não é a origem nem resultou na origem de, mas algo que começou a ser. Provavelmente, várias comunidades começaram a reunir-se na e pela arquitectura, que hoje interpretamos. Arquitectura não equacionada apenas através da análise das unidades construídas, mas chamando ao discurso arqueológico as práticas, os movimentos, as percepções, a multiplicidade de histórias, a acção continua pela qual se garante ou se perturba ou inverte a coesão social. Estes diversos grupos, ainda não completamente sedentários e que poderiam viver nos vales (da Ribeira da Teja, por exemplo) poderiam encontrar em Castanheiro do Vento um espaço de reunião, na elaboração permanente de um sítio e nas múltiplas acções empreendidas. Claro que não como espaço apartado mas fazendo parte das vivências das comunidades, onde os diversos grupos se sentiam em casa. Não numa casa entendida como um espaço doméstico, ocupado por uma família e da esfera do privado, mas um espaço com o qual se identificariam, no qual se reuniriam e sentiram aquele espaço como seu. Castanheiro do Vento, como um conjunto de práticas que se materializaram num espaço e que coloca em diálogo diversos tempos, é um sítio onde também nós nos sentimos em casa, na sua irreduzível estranheza, num diálogo com um passado que não nos é familiar.

## AGRADECIMENTOS

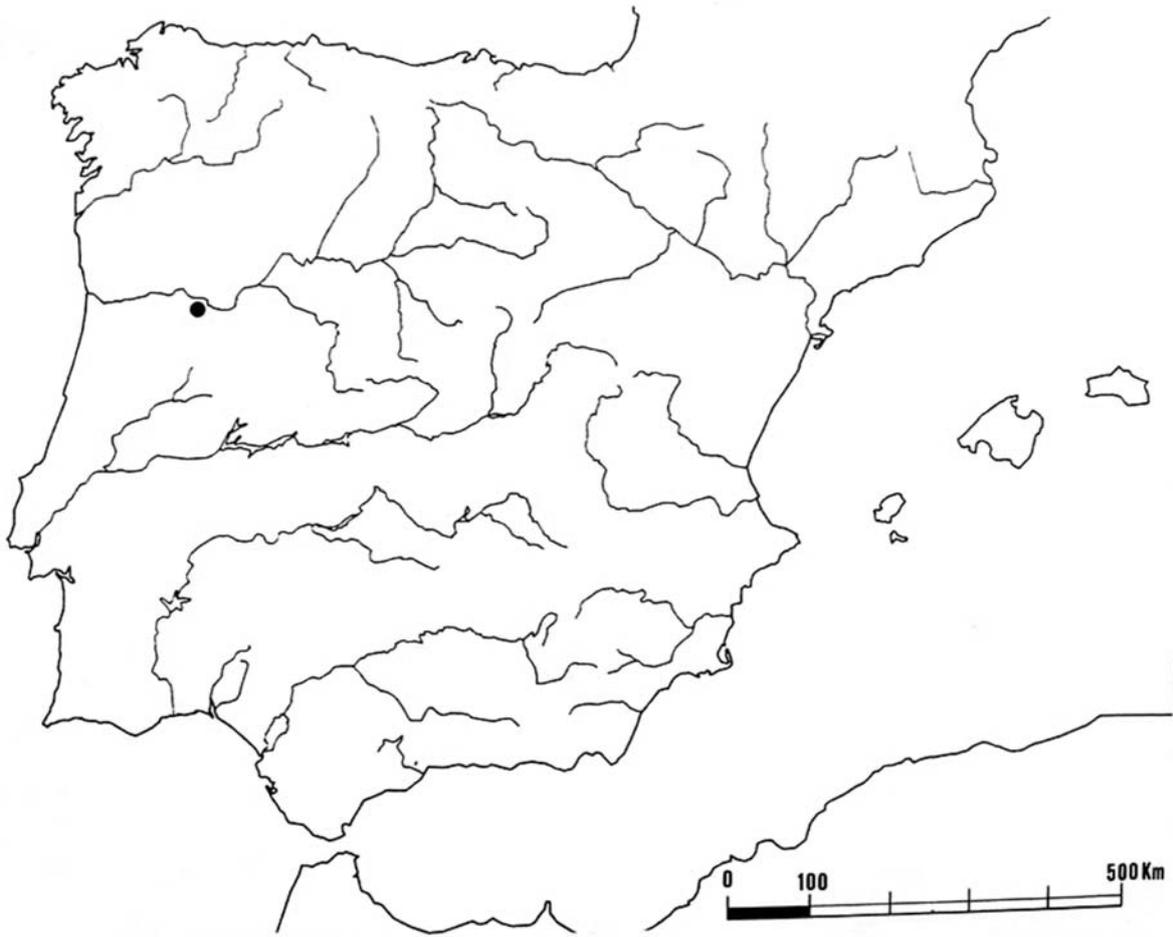
Gostaria de agradecer todo o apoio e inspiração do meu orientador Vítor Oliveira Jorge. Também o nosso trabalho em conjunto em Castanheiro do Vento me tem ensinado a ter uma visão crítica, não só da Arqueologia, mas em relação ao “nosso mundo”. Este pequeno texto insere-se num trabalho de equipa e surge de várias discussões em grupo. Assim o meu obrigada a Susana Oliveira Jorge, João Muralha Cardoso, Bárbara Carvalho e Gonçalo Leite Velho. Ao Sérgio, à Lurdes e à Joana obrigada pelas inúmeras conversas que resultaram neste texto. Contudo, todas as afirmações são da minha responsabilidade. Este trabalho encontra-se enquadrado num projecto de doutoramento financiado pela FCT.

## BIBLIOGRAFIA

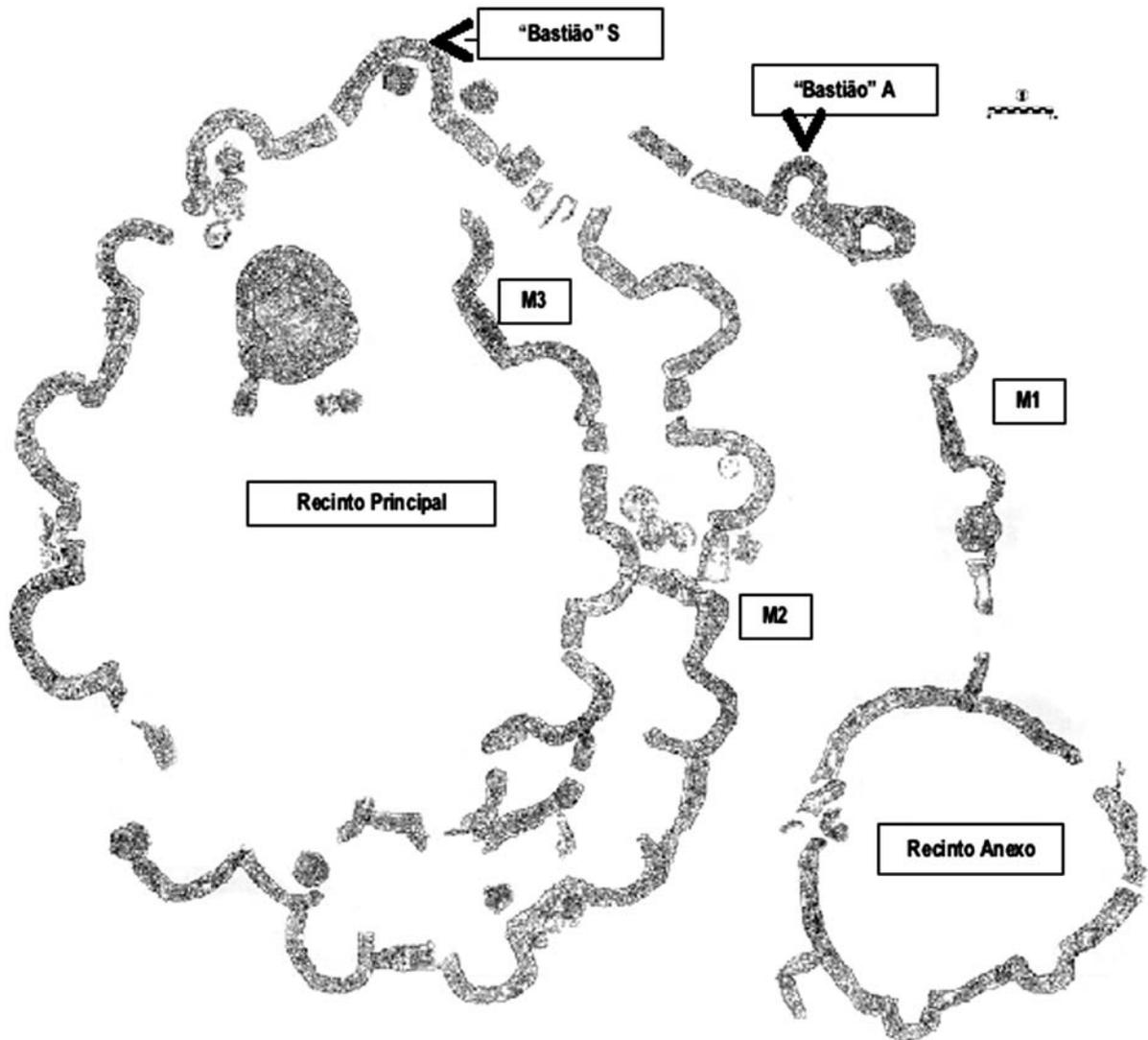
- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. (1992 [1944]) – *Dialectic of Enlightenment*. Translated by John Cumming, London, New York, Verso.
- AGAMBEN, G., (2002) – *What is a Paradigm?*, European Graduate School, <http://www.egs.edu/faculty/agamben/agamben-what-is-a-paradigm-2002.html> (consultado em 7 de Março de 2009).
- AGAMBEN, G. (2007) – *Qu'est-ce qu'un dispositif?*, Paris, Éditions Payot & Rivages.

- BUCK-MORSS, S. (1989) – *The Dialectics of Seeing. Walter Benjamin and the Arcades Project*, Cambridge, London, The MIT Press.
- CARDOSO, J. M. (2007) – *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa – Um Recinto Monumental do IIIº e IIº milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- COSTA, C. (2007) – *Zooarqueologia e Tafonomia de Castanheiro do Vento*, Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, edição policopiada.
- DERRIDA, J. (1997) – Architecture Where the Desire May Live, In LEACH, N. (ed.), *Rethinking Architecture. A reader in cultural theory*, London, New York, Routledge, 319-323.
- DOOLEY, M. & KAVANAGH, L. (2007) – *The philosophy of Derrida*, Montreal & Kingston, McGill-Queen's University Press.
- ESQUIVEL, J. A. & NAVAS, E. (2007) – Geometric architectural pattern and constructive energy analysis at Los Millares Copper Age Settlement (Santa Fé de Mondújar, Almería, Andalusia), *Journal of Archaeological Science*, 894-904.
- FOUCAULT, M. (1991) – Space, Knowledge, and Power, In RABINOW, P. (ed.) *The Foucault Reader. An Introduction to Foucault's Thought*, Penguin Books, 239-256.
- HALL, E. T. (1986 [1966]) – *A Dimensão Oculta*, Tradução de Miguel Serras Pereira, Lisboa, Relógio D'Água.
- INGOLD, T. (2000), Building, dwelling, living: how animals and people make themselves at home in the world, in *The Perception of the Environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*, London, New York, Routledge, 172-188.
- INGOLD, T. (2007) – Materials against Materiality, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XLVII, Fascs. 1-4, Porto, SPAE, 9-24.
- JORDANOVA, L. (1989) – *Sexual Visions. Images of Gender in Science and Medicine between the Eighteenth and Twentieth Centuries*, The University of Wisconsin Press.
- JORGE, S. O. (2005) – *O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*, Porto, Edições Afrontamento.
- JORGE, S. O. (2007) – Introdução, In *A Conceção das Paisagens e dos Espaços na Arqueologia da Península Ibérica*, *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Universidade do Algarve, Promontoria Monográfica 08, 9-12.
- JORGE, V. O. (2003), Lugar, *Arquitecturas Sazonais*, Campo das Letras, 101/102.
- JORGE, V. O. (2005) – Teatro e Arqueologia, *Jornal a Página da Educação*, ano 14, n.º 141, 33 <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=3602> (consultado a 11 de Fevereiro de 2009).
- JORGE, V. O. (2006) – Breve Reflexão sobre alguns Problemas das Arquitecturas Pré-Históricas, in CORREIA, M. & JORGE, V. O., *Terra: Forma de Construir. Arquitectura. Antropologia. Arqueologia. 10ª Mesa-Redonda de Primavera*, Argumentum, Escola Superior Gallaecia, 106-109.
- JORGE, V. O. (2007a) – Unframing the past: from an archaeology of “fixed forms”, objects, or abstract materialities, to an archaeology of the “transformations” of materials as “living things” – a brief comment on some Tim Ingold's ideas, <http://trans-ferir.blogspot.com/2007/04/unframing-past.html> (consultado em 17 de Fevereiro de 2009).
- JORGE, V. O. (2007b) – Algumas notas exploratórias de um tema em pano de fundo: arquitectura e poder difuso – a acção colectiva como forma de construção de sociabilidades em “comunidades da oralidade”, <http://trans-ferir.blogspot.com/2007/10/algumas-notas.html> (consultado em 18 de Fevereiro de 2009).
- JORGE, V. O. (2009a) – Transplantes: Vila Nova de Foz Côa, há 5.000 anos hoje, <http://trans-ferir.com/2009/02/transplantes-vila-nova-de-foz-coa-ha.html> (consultado em 11 de Março de 2009).
- JORGE, V. O. (2009b) – Sítios “monumentais” do Calcolítico: a nossa responsabilidade, <http://trans-ferir.blogspot.com/2009/03/sitios-monumentais-do-calolitico-nossa.html> (consultado em 15 de Março de 2009).

- JORGE, V. O. *et. al.* (2005) – Morfologia Construtiva do Recinto Pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): o exemplo das convencionalmente designadas “estruturas de conde-nação”, *Al-Madan*, II série, n.º 13, 25-35.
- JORGE, V. O. *et. al.* (2006) – Copper Age “Monumentalized Hills” of Iberia: the Shift from Positivist Ideas to Interpretative Ones. New Perspectives on Old Techniques of Transforming Place and Space as Result of a Research Experience in the NE of Portugal, In JORGE, V. O. *et. al.* (eds), *Approaching “Prehistoric and Propohistoric Architectures” of Europe from a “Dwelling Perspective”*, JIA, vol. 8, special issue, Porto, ADECAP, 203-264.
- LEFEBVRE, H. (2000) – *La production de l’espace*, Ed. Anthropos.
- McFADYEN, L. (2008) – Temporary Spaces in the Mesolithic and Neolithic: Understanding Landscapes, in POLLARD, J. (ed), *Prehistoric Britain*, Oxford, Blackwell Publishing, 121-134.
- OLIVIER, P. (2003) – *Dwellings*, London, New York, Phaidon Press Limited.
- PEARSON, M. P. & RICHARDS, C. (1997) – *Architecture and Order. Approaches to Social Space*, London, New York, Routledge.
- PINTO, J. C. (2007) – *O Espaço-Limite. Produção e Recepção em Arquitectura*, Lisboa, Faculdade de Arquitectura. Universidade Técnica de Lisboa.
- PRESNELL, M. & DEETZ, S. (1996) – Interpersonal Icons: Remembered Images and the Closure of Discourse from a Lacanian Perspective, in H. Mokros (ed.) *Interaction and Identity: Information and Behavior*, New Brunswick, NJ: Transaction Press, p. 297-315.
- RENDELL, J. (2006) – *Art and Architecture. A Place Between*, London, I. B. Tauris.
- ROSS, C. (2006) – *The Aesthetics of Disengagement: Contemporary Art and Depression*, University of Minnesota Press.
- SANCHES, M. J. (coord científica & ed.) (2008) – *O Crasto de Palheiros. Fragada do Castro. Murça-Portugal*, Município de Murça.
- TÁVORA, F. (1999) – *Da Organização do Espaço*, Porto, FAUP Publicações.
- THOMAS, J. (2004) – *Archaeology and Modernity*, London, New York, Routledge.
- THOMAS, J. (2006) – From dwelling to building, in JORGE, V. O. *et. al.* (eds), *Approaching “Prehistoric and Propohistoric Architectures” of Europe from a “Dwelling Perspective”*, JIA, vol. 8, special issue, Porto, ADECAP, 349-359.
- VALE, A. M. (2003) – *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vª Nª de Foz Côa). Contributos para o Estudo dos Resultados das Primeiras Campanhas de Trabalhos (1998-2000)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- VALE, A. M. (2008) – Images from Iberian Copper Age: the case of the so-called “fortified settlements”, in JORGE, V. O. & THOMAS, J. (eds), *Archaeology And The Politics Of Vision In A Post-Modern Context*, New Castle, Cambridge Scholars Publishing, 51, pp. 186-208.
- VALE, A. M. *et. al.* (2006) – Recintos Murados e/ou Colinas Monumentalizadas no Nordeste de Portugal? O Caso de Castanheiro do Vento, Vila Nova de Foz Côa, in CORREIA, M. & JORGE, V. O., *Terra: Forma de Construir. Arquitectura. Antropologia. Arqueologia. 10ª Mesa-Redonda de Primavera*, Argumentum, Escola Superior Gallaecia, 98-105.
- VALERA, J. C. (2006) – *Calcolítico e Transição para a Idade do Bronze na Bacia do Alto Mondego. Estruturação e Dinâmica de uma Rede Local de Povoamento*, Volume I, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- VELHO, G. V. (2006) – O Jogo da Pedra e da Terra num Sítio Pré-Histórico do Nordeste de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Côa, in CORREIA, M. & JORGE, V. O., *Terra: Forma de Construir. Arquitectura. Antropologia. Arqueologia. 10ª Mesa-Redonda de Primavera*, Argumentum, Escola Superior Gallaecia, 91-97.



**Fig. 1** - Localização da estação arqueológica de Castanheiro do Vento na Península Ibérica. O sítio encontra-se na freguesia de Horta do Douro, concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda. Coordenadas geográficas: 41°3'49" Lat. N.; 7°19'18" Long. W. Gr. (seg. a "Carta Militar de Portugal" à esc. 1:25000, folha 140)



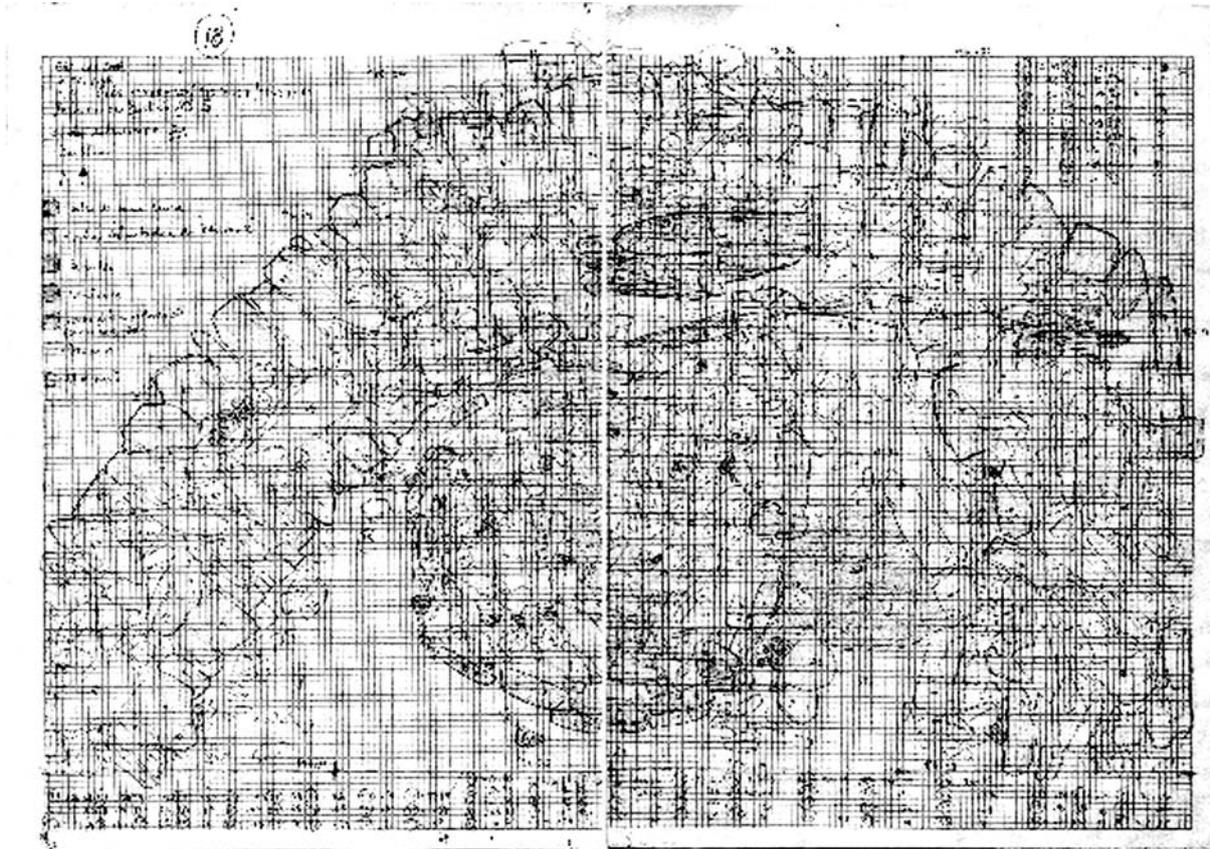
**Fig. 2** - Planta geral do sítio de Castanheiro do Vento após a campanha de 2006. As escavações arqueológicas privilegiaram trabalhos de decapagem (remoção dos sedimentos correspondentes a antigos solos agrícolas) com o objectivo de delimitar os principais alinhamentos pétreos construídos nas cotas mais elevadas do morro. Saliente-se que Castanheiro do Vento tem sido considerado enquanto toda a colina e não apenas o seu topo. Neste sentido, adoptou-se a designação de “colina monumentalizada” (Tintagem de Leonor Sousa Pereira)



**Fig. 3** - Colina de Castanheiro do Vento vista genericamente de Norte. No entanto, o morro de Castanheiro do Vento adquire diversas formas consoante o ponto de onde se avista. Por exemplo, do vale da Ribeira da Teja (a Este do sítio) a colina aparece de forma destacada e imponente. Olhado do Castelo de Numão (também genericamente a Este do sítio) dilui-se na paisagem, pois é “absorvido” pelas elevações de cotas mais elevadas que se localizam para Oeste do sítio (Fotografia de Leonor Sousa Pereira, 2002)



**Fig. 4** - Pormenor da micro-estrutura constituída por dormentes fragmentados de granito e lajes de xisto, localizada no “Bastião A” (Fotografia de João Muralha Cardoso, 1999)



**Fig. 5** - Desenho de campo do “Bastião” S e da estrutura circular n.º 20. Esta imagem pretende chamar a atenção para a relação entre estruturas e outros materiais (como fragmentos cerâmicos e elementos de moinhos manuais em granito). Tem ainda como objectivo salientar o processo interpretativo que resulta de um desenho como este. Não se trata apenas da cópia do que “estava lá” mas desenha-se na interacção do arqueólogo com o sítio, e com os outros, num diálogo permanente (Desenho de Bárbara Carvalho, 2006)